

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

LEI ORGÂNICA

1997

PREÂMBULO

Nós, os Vereadores eleitos no pleito realizado no dia 03 de outubro de 1996, membros da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, reunidos sob a proteção de Deus, inspirados nos princípios da igualdade e da convivência fraterna, atentos aos anseios do povo, promulgamos a seguinte Lei Orgânica.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I Do Município

Seção I Disposições Gerais

Art. 1º. O Município de São Pedro dos Crentes, unidade territorial com autonomia política, administrativa e financeira, com sede na cidade de São Pedro dos Crentes, organiza-se e rege-se pelas Constituições Federal, Estadual e pela presente Lei Orgânica.

Art. 2º. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.

Art. 3º. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único. São símbolos do Município a Bandeira, o Brasão e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 4º. Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 5º. A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

SEÇÃO II Da Divisão Administrativa do Município

Art. 6º. O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 7º desta Lei Orgânica.

§ 1º. A criação do distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos do Art. 7º desta Lei Orgânica.

§ 2º. A extinção do distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º. O distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será de vila.

Art. 7º. São requisitos para criação de Distritos:

- I. população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação do Município;
- II. existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias, Escola Pública, Posto de Saúde e Posto Policial.

Parágrafo Único. A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

- a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, de estimativa da população;
- b) certidão, emitida pelo Tribunal Eleitoral, certificando o número de eleitores;
- c) certidão, emitida pelo Agente Municipal de Estatística ou pela repartição Fiscal do Município, certificando o número de moradias;
- d) certidão do Órgão Fazendário Estadual e do Município certificando a arrecadação na respectiva área territorial;
- e) certidão, emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde, e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência de Escola Pública, de Posto de Saúde e Policial na povoação-sede.

Art. 8º. Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

- I. evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;
- II. dar-se-á preferência, para delimitação, as linhas naturais, facilmente identificáveis;
- III. na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenha condições de fixidez.;
- IV. é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo Único. As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, saldo para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 10º. A instalação do Distrito far-se-á perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II Da Competência do Município

Seção I Da Competência Privativa

Art. 11. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. legislar sobre assuntos de interesse local;
- II. suplementar a Legislação Federal e a Estadual, no que couber;
- III. elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV. criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V. manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VI. elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;
- VII. instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar suas rendas;
- VIII. fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IX. dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;
- X. dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- XI. organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico dos servidores do Município;
- XII. organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais;
- XIII. planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;
- XIV. estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a Lei Federal;
- XV. conceder o renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

- xvi. cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;
- xvii. adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;
- xviii. regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;
- xix. regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos e a parada dos transportes coletivos;
- xx. fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- xxi. conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;
- xxii. fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- xxiii. disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- xxiv. tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária quando houver;
- xxv. sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- xxvi. prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- xxvii. ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, bancários e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;
- xxviii. dispor sobre serviços funerários e de cemitérios;
- xxix. regulamentar, licenciar, permitir, autorizar, e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- xxx. prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;
- xxxi. organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício de seu poder de polícia administrativa;

- xxxii. fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- xxxiii. dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendido em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- xxxiv. dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadoras ou transmissoras;
- xxxv. estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;
- xxxvi. promover os seguintes serviços:
- a) mercados, feiras e matadouros;
 - b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;
 - c) transportes coletivos estritamente municipais;
 - d) iluminação pública.
- xxxvii. regulamentar os serviços de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;
- xxxviii. assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, estabelecendo os prazos de atendimento;
- xxxix. promover a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (*Emenda n.º 001/2005*)

§ 1º. As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) vias de tráfego e de passagens de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;
- c) passagens de canalizações públicas de esgotos e de águas fluviais com largura mínima de dois metros de fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro a frente ao fundo;

§ 2º. A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

Art. 12. É competência comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

- I.** zelar pela guarda da Constituição Federal, das Leis e das Instituições Democráticas e conservar o Patrimônio Público;
- II.** cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia da pessoas portadoras de deficiências;
- III.** proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV.** impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V.** proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI.** proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII.** preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII.** fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX.** promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamentos básico;
- X.** combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI.** registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII.** estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

SEÇÃO III

Da Competência Suplementar

Art. 13. Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo Único. A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando a adapta-las à realidade local.

CAPÍTULO III Das Vedações

Art. 14. Ao Município é vedado:

- I.** estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II.** recusar fé aos documentos públicos;
- III.** criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;
- IV.** subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de auto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;
- V.** manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de Órgãos Públicos, que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI.** outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;
- VII.** exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- VIII.** instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- IX.** estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- X.** cobrar tributos:
 - a)** em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b. (*Emenda n.º 001/2005*)

XI. utilizar tributos com efeito de confisco;

XII. estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII. instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, rendas ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, rendas ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinada à sua impressão.

§ 1º. A vedação do inciso XII, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2º. As vedações do inciso XIII, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 3º. As vedações expressas no inciso XIII alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais nelas mencionadas;

§ 4º. As vedações expressas nos incisos VII e XIII serão regulamentadas em lei complementar federal.

TÍTULO II **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

CAPÍTULO I **Do Poder Legislativo**

Seção I **Da Câmara Municipal**

Art. 15. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 16. A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º. Serão condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei federal:

- I.** a nacionalidade brasileira;
- II.** o pleno exercício dos direitos políticos;
- III.** o alistamento eleitoral;
- IV.** o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V.** a filiação partidária
- VI.** a idade mínima de dezoito anos;
- VII.** ser alfabetizado.

§ 2º. O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município e observados os limites estabelecidos no Art. 29, IV, da Constituição Federal.

§ 3º. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, observado o que dispõe o Art. 37, XI, da Constituição Federal. *(Emenda nº. 001/2005)*

§ 4º. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento (5%) da receita do Município.

§ 5º. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de oito por cento relativo ao somatório da despesa tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior. *(Emenda nº. 001/2005)*

§ 6º. A Câmara Municipal não gastará mais que setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. *(Emenda nº. 001/2005)*

§ 7º. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: *(Emenda nº. 001/2005)*

I. efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo; (*Emenda n.º 001/2005*)

II. não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou (*Emenda n.º 001/2005*)

III. enviá-lo menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária. (*Emenda n.º 001/2005*)

§ 8º. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 6º deste artigo. (*Emenda n.º 001/2005*)

Art. 17. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados;

§ 2º. A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I. pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II. pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III. pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 4º. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente poderá deliberar sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 18. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 19. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária

Parágrafo Único. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 20. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no Art. 35, XII, desta Lei Orgânica.

§ 1º. Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca no auto da verificação da ocorrência.

§ 2º. As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 21. As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 22. As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo um terço (1/3) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II

Do Funcionamento da Câmara

Art. 23. A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse dos seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º. A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado entre os presentes.

§ 2º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perder o mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º. Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará e sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5º. A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos. *(Emenda n.º 001/2005)*

§ 6º. No ato da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Art. 24. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, facultada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 25. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, Vice-Presidente, do Primeiro Secretário, do Segundo Secretário e do Tesoureiro, os quais se substituirão nessa ordem. (*Emenda n.º 001/2005*)

§ 1º. Na Constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º. Na ausência dos membros da Mesa o Vereador mais votado assumirá a Presidência.

Art. 26. A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º. Às comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I. discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo (1/10) dos membros da Casa;
- II. realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III. convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- IV. receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V. solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI. exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º. As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º. Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço (1/3) dos seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 27. A maioria, a minoria, as Representações Partidárias com número de membros superior a 1/3 (um terço) da composição da Casa e os blocos parlamentares terão Líder e Vice-Líder.

§ 1º. A indicação dos Líderes em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou Partidos Políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º. Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 28. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único. Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 29. À Câmara Municipal, observando o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

- I. sua instalação e funcionamento;
- II. posse de seus membros;
- III. eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;
- IV. número de reuniões mensais;
- V. comissões;
- VI. sessões;
- VII. deliberações;
- VIII. todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 30. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente, para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo Único. A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e conseqüente cassação do mandato.

Art. 31. O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei de qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 32. A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crimes de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta (30) dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 33. À Mesa, dentre outras atribuições, compete

- I.** tornar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II.** propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III.** apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.
- IV.** promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- V.** representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;
- VI.** contratar, na forma de lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Art. 34. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

- I.** representar a Câmara em juízo e fora dele;
- II.** dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III.** interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV.** promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- V.** promulgar as leis com sanções tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceita essa decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;
- VI.** fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VII.** autorizar as despesas da Câmara;
- VIII.** representar por decisão da Câmara, sob a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- IX.** solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;
- X.** manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

- XI.** encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou Órgão a que for atribuída tal competência.

SEÇÃO III

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 35. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

- I.** instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas;
- II.** autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- III.** votar o orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV.** deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V.** autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI.** autorizar a concessão de serviços públicos;
- VII.** autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VIII.** autorizar a concessão administrativas de uso de bens municipais;
- IX.** autorizar a desafetação e alienação de bens imóveis;
- X.** autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- XI.** criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os do serviço da Câmara, observada a competência para sua proposição;
- XII.** criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Dirigentes equivalentes e Órgãos da administração pública, observada a competência para sua proposição;
- XIII.** aprovar o Plano Plurianual de Desenvolvimento;
- XIV.** autorizar convênios com autoridades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

- XV.** delimitar o perímetro urbano;
- XVI.** autorizar a alteração da denominação de prédios, vias e logradouros públicos;
- XVII.** estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 36. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

- I.** eleger sua Mesa;
- II.** elaborar o Regimento Interno;
- III.** organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- IV.** propor a criação ou a extinção dos cargos, dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- V.** conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI.** autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias, por necessidade de serviço;
- VII.** tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo mínimo de sessenta (60) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
 - a)** o parecer do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;
 - b)** ainda que decorrido o prazo de sessenta (60) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas não serão considerados aprovadas ou rejeitadas tacitamente, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas, devendo haver necessariamente votação a respeito; (*Emenda n° 001/2005*)
 - c)** rejeitadas as contas, serão estas, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.
- VIII.** decretar a perda de mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;
- IX.** autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;
- X.** proceder à tomada de contas do prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura de sessão legislativa;

- XI.** aprovar convênios, acordos ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais culturais;
- XII.** estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;
- XIII.** convocar o Prefeito e os Secretários do Município ou Diretor equivalente para prestar esclarecimentos, aprazando dia e hora para o comparecimento;
- XIV.** deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;
- XV.** criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros;
- XVI.** conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagens a pessoas que reconhecidamente tenham prestados relevantes serviços ao Município ou nele se destacando pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;
- XVII.** solicitar a intervenção do Estado no Município;
- XVIII.** julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;
- XIX.** fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da sua Administração Indireta;
- XX.** fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza; (*Emenda nº. 001/2005*)
- XXI.** fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e a representação do Presidente da Câmara, sobre a qual incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza; *Emenda nº. 001/2005*

SEÇÃO IV

Dos Vereadores

Art. 37. Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 38. É vedado ao Vereador:

I. desde a expedição do diploma:

- a)** firmar ou manter contrato com o Município, Estado, União, fundações, autarquias, serviços de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b)** aceitar cargo, emprego ou função municipal, estadual ou federal, no âmbito da Administração Direta ou Indireta, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 80, I, IV e V desta Lei Orgânica.

II. desde a posse:

- a)** ocupar cargo, função ou emprego na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável “ad nutum”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;
- b)** exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
- c)** ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
- d)** patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I.

Art. 39. Perderá o mandato de Vereador:

- I.** que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II.** cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
- III.** que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- IV.** que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;
- V.** que fixar residência fora do Município;
- VI.** que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

§ 1º. Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais;

§ 2º. Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto da maioria absoluta, mediante aprovação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

§ 3º. Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante aprovação de qualquer de seus membros ou Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 40. O Vereador poderá licenciar-se:

- I. por motivo de doença;
- II. para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa;
- III. para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º. Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário ou Diretor equivalente, conforme previsto no art. 37, inciso II, alínea “a” desta Lei Orgânica.

§ 2º. Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou de auxílio-especial.

§ 3º. O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º. A licença para tratar de interesse particular não será inferior de trinta (30) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º. Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º. Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 41. Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º. O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze (15) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o “quorum” em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO V
Do Processo Legislativo

Art. 42. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I.** emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II.** leis complementares;
- III.** leis ordinárias;
- IV.** leis delegadas;
- V.** resoluções; e
- VI.** decretos legislativos.

Art. 43. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I.** de um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II.** do Prefeito Municipal;

§ 1º. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez (10) dias, e aprovada por dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º. A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º. A Lei Orgânica não poderá ser emendada:

- I.** na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município;
- II.** seis (06) meses antes ou depois das eleições.

Art. 44. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco (05) do total do número de eleitores do Município.

Art. 45. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal. Observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

- I.** Código Tributário do Município;

- II. Código de Obras;
- III. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV. Código de Posturas;
- V. Lei instituidora do Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
- VI. Lei Orgânica instituidora da Guarda Municipal;
- VII. Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

Art. 46. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I. criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II. servidores públicos, seu regime jurídico, provimento e cargos, estabilidade e aposentadoria;
- III. criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamento equivalente e Órgãos da Administração Pública;
- IV. matéria orçamentária, e a que autoriza a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo Único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 47. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

- I. autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- II. organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo Único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

Art. 48. O prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º. Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até noventa (90) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º. Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º. O prazo do não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 49. Aprovado o Projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria de dois terços (2/3) dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea..

§ 3º. Decorrido prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º. A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de trinta (30) dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerado-se rejeitado pelo voto da maioria de dois terços (2/3) dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6º. Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 3º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que tratar o art. 47 desta Lei Orgânica.

§ 7º. A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito (48) horas pelo Prefeito, nos casos do § 3º e § 5º, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

Art. 50. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privada.

Parágrafo Único. Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final e elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 51. A matéria constante de projeto de lei rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 52. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou Órgão Estadual a que for atribuído essa incumbência, e compreenderá a apreciação das Contas do Presidente da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções da auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta (60) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º. Somente por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou Órgão Estadual incumbido dessa missão.

§ 4º. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 53. O Executivo manterá o sistema de controle interno, a fim de:

- I. criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;
- II. acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;
- III. avaliar os resultados alcançados pelos administradores;
- IV. verificar a execução dos contratos.

Art. 54. As contas apresentadas pelo Município ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, que poderão questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. (*Emenda n.º 001/2005*)

CAPÍTULO III Do Poder Executivo

SEÇÃO I
Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 55. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo Único. Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 15 desta Lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um (21) anos.

Art. 56. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, nos termos estabelecidos no art. 29, incisos I e II da Constituição Federal.

§ 1º. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º. Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por Partido Político, obtiver a maioria simples de votos, obedecida a legislação eleitoral vigente.

§ 3º. Na hipótese de se apurar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 57. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subseqüente à eleição em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de:

*Manter, defender e cumprir
a Lei Orgânica, observar as leis
da União do Estado e do
Município, promover o bem geral
dos municípios e exercer o cargo
sob a inspiração da democracia,
da legitimidade e da legalidade.*

Parágrafo Único. Decorridos dez (10) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 58. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º. O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 59. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinenti, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a Chefia do Poder Executivo.

Art. 60. Verificando-se a vacância do cargo do Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

- I.** ocorrendo vacância nos dois (02) primeiros anos do mandato, dar-se-á eleições noventa (90) dias após sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores;
- II.** o mandato do Prefeito é de quatro (04) anos, facultada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 61. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze (15) dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo Único. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

- I.** impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;
- II.** em gozo de férias;
- III.** a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 1º. O Prefeito gozará férias anuais de trinta (30) dias sem prejuízo de remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§ 2º. Sempre que o Prefeito estiver gozando as férias será substituído pelo Vice-Prefeito, nos termos do art. 54 desta Lei Orgânica.

§ 3º. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXI do art. 36 desta Lei Orgânica.

Art. 62. Na ocasião da posse e ao termino do mandato, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo Único. O Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art.63. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 64. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

- I. a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- II. representar o Município em juízo e fora dele;
- III. sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- IV. vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;
- V. decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- VI. expedir portarias e outros atos administrativos;
- VII. permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;
- VIII. prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- IX. enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;
- X. encaminhar à Câmara, até 1º de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;
- XI. encaminhar à Câmara, até quarenta e cinco (45) dias após o término de cada mês, cópias de balancetes de sua competência;
- XII. encaminhar aos órgãos competentes ao planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XIII. fazer publicar os atos oficiais
- XIV. prestar à Câmara, dentro de quinze (15) dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da

complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

- XV.** prover os serviços e obras da administração pública;
- XVI.** superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII.** colocar à disposição da Câmara, dentro de dez (10) dias de sua requisição, as quantias que devem ser dispendidas de uma só vez e até o dia vinte (20) de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;
- XVIII.** aplicar multas previstas em leis e contratos e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;
- XIX.** resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XX.** oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XXI.** convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;
- XXII.** aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos, com prévia autorização da Câmara;
- XXIII.** apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;
- XXIV.** organizar os serviços internos das repartições criadas por lei sem exceder as verbas para tal destinadas;
- XXV.** contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;
- XXVI.** providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;
- XXVII.** organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município
- XXVIII.** desenvolver o sistema viário do Município;

- XXIX. conceder auxílio, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;
- XXX. providenciar sobre o incremento do ensino;
- XXXI. estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;
- XXXII. solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantir o cumprimento dos seus atos;
- XXXIII. solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias;
- XXXIV. adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;
- XXXV. Publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatórios resumidos da execução orçamentária.

Art. 65. O Prefeito poderá delegar a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos VIII, XV, e XXIV do art. 64, com prévia autorização da Câmara.

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 66. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, incisos I, IV e V da Constituição Federal.

§ 1º. É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º. A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º importará em perda de mandato.

Art. 67. As incompatibilidades declaradas no art. 37 seus incisos e letras desta Lei Orgânica estendem-se no que forem aplicadas, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 68. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos na lei federal.

Parágrafo Único. O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 69. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo Único. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 70. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito, quando:

- I.** ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II.** deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;
- III.** infringir as normas dos artigos 61 desta Lei Orgânica;
- IV.** perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 71. São auxiliares diretos do Prefeito:

- I.** os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;
- II.** os subprefeitos, que serão indicados pelo Prefeito com referendo da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 72. A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 73. As condições essenciais para a investidura no cargo de Secretario ou Diretor equivalente:

- I.** ser brasileiro;
- II.** estar no exercício dos direitos políticos;
- III.** ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- IV.** morar no Município e não se ausentar por mais de 15 (quinze) dias, salvo por motivo justo, aceito pela Câmara Municipal.
- V.** possuir um grau de escolaridade condizente com a função.

Art. 74. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores;

- I.** subscrever os atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II.** expedir instruções para a boa execução das leis e regulamentos;
- III.** apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;
- IV.** comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º. Os atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pela Câmara Municipal.

§ 2º. A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

Art. 75. Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 76. A competência de Subprefeitos limitar-se-á ao Distrito para o qual foi indicado e referendado pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Aos subprefeitos, como delegados do Executivo, compete:

- I.** cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara;
- II.** fiscalizar os serviços distritais;
- III.** atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes forem favoráveis as decisões proferidas;
- IV.** indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito;
- V.** prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 77. O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa da escolha do Prefeito, com o referendo da Câmara Municipal.

Art. 78. Os auxiliares do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e ao termino do exercício do cargo.

SEÇÃO V

Da Administração Pública

Art. 79. A administração pública direta ou indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e, também, ao seguinte:

- I.** os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II.** a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- III.** o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável um vez, por igual período;
- IV.** durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- V.** os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos cargos e condições previstos em lei;
- VI.** é garantido ao servidor civil o direito à livre associação sindical;
- VII.** o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal
- VIII.** a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- IX.** a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- X.** a revisão geral da remuneração dos servidores do Município far-se-á sempre na mesma data;
- XI.** a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores do Município, observando, como limite máximo, os valores recebidos como remuneração em espécie, pelo Prefeito;
- XII.** os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderá ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- XIII.** é vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal do serviço municipal, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 81, § 1º desta Lei Orgânica;

- XIV.** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;
- XV.** o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos municipais são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal. (*Emenda nº 001/2005*)
- XVI.** é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso o disposto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.; (*Emenda nº. 001/2005*)
- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (*Emenda nº. 001/2005*)
- XVII.** a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;
- XVIII.** a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
- XIX.** somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;
- XX.** depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiária das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;
- XXI.** ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.
- XXII.** é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso o disposto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º. A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º. As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei:

§ 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação pena cabível.

§ 5º. A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 80. Ao servidor do Município com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I. tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- II. investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III. investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
- IV. em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- V. para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO VI

Dos Servidores Municipais

Art. 81. O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados para este fim, manterá regime jurídico e planos de carreira para os servidores da administração municipal direta, das autarquias e das fundações públicas. *(Emenda n.º 001/2005)*

§ 1º. A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º. Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 82. O servidor será aposentado, conforme determina a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Previdência Social:

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II. compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III. voluntariamente:
 - a) aos trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; *(Emenda n.º 001/2005)*
 - b) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher; *(Emenda n.º 001/2005)*
 - c) os requisitos a que se refere o inciso I serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. *(Emenda n.º 001/2005)*
 - d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo de serviço;

§ 1º. Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º. A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º. Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º. O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade de vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana; (*Emenda nº. 001/2005*)

Art. 83. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. (*Emenda nº. 001/2005*)

§ 1º. O servidor municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º. Extinto o cargo ou declarado sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º. § 4º. Sendo o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, serão regidos, para todos os efeitos, por esse instituto jurídico, ou por regime jurídico próprio do Município de São Pedro dos Crentes, nos casos específicos. (*Emenda nº. 001/2005*)

SEÇÃO VII Da Segurança Pública

Art. 84. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º. A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos e deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º. A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa

Art. 85. A administração municipal é constituída dos órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º. Os órgãos de administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º. As entidades dotadas de personalidades jurídicas próprias que compõem a Administração indireta do Município se classificam em:

- I. autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu pleno funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.

§ 3º. § 3º. A entidade de que trata o inciso I do § 2º adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disponibilidades do Código Civil concernentes às fundações. (*Emenda n.º 001/2005*)

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 86. A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º. A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preços, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º. Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º. A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 87. O Prefeito fará publicar:

- I.** mensalmente, o balancete da receita e da despesa;
- II.** mensalmente, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;
- III.** anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II Dos Livros

Art. 88. O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º. Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º. Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema convenientemente autenticado ou reconhecido.

SEÇÃO III Dos Atos Administrativos

Art. 89. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

- I.** decreto, numerado em ordem cronológica, e de acordo com a lei, nos seguintes casos:
 - a)** regulamentação de lei;
 - b)** instituição, modificação ou extinção de atribuições;
 - c)** regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
 - d)** abertura de créditos especiais ou suplementares, até o limite autorizado por lei, assim com de créditos extraordinários;
 - e)** declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;

- f) aprovação de regulamentação ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
 - g) permissão de uso dos bens municipais;
 - h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
 - i) normas de efeitos externos não privativos da lei;
 - j) fixação e alteração de preços.
- II.** portaria, nos seguinte casos:
- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
 - b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
 - c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de feitos internos;
 - d) outros casos determinados em lei ou decreto.
- III.** contrato, nos casos:
- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 79, IX, desta Lei Orgânica;
 - b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

SEÇÃO IV Das Proibições

Art. 90. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais não poderão contratar o Município, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções. (*Emenda nº. 001/2005*)

Parágrafo Único. Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 91. A pessoa jurídica em debito com o Sistema de Seguridade Social, como estabelecidos em lei federal, não poderá contratar como Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V Das Certidões

Art. 92. A Prefeitura e Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único. As certidões relativas os Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor de Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III Dos Bens Municipais

Art. 93. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seu serviço.

Art. 94. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe ou Diretoria a quem forem distribuídos.

Art. 95. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

- I.** pela sua natureza;
- II.** em relação a cada serviço.

Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, serão incluídos no inventário todos os bens municipais.

Art. 96. A alienação dos bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

- I.** quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;
- II.** quando móveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 97. O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º. A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, as entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente comprovado.

§ 2º. A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 98. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 99. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração de parques, praças, jardins ou largos públicos, salvos pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas e refrigerantes.

Art. 100. O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou por permissão a título precário e por tempo indeterminado, conforme o interesse público o exigir, e prévia autorização legislativa.

§ 1º. A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do art. 97 desta Lei Orgânica.

§ 2º. A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º. A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, mediante autorização legislativa.

Art. 101. Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos, desde que seja com autorização legislativa, exceto quando for permutado entre órgãos públicos.

Art. 102. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculo e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO IV

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 103. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

- I. a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;
- II. os pormenores para a sua execução;
- III. os recursos para o atendimento das respectivas despesas.

Art. 104. A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º. Serão nulos de pleno direito as permissões, concessões, bem como quaisquer outros feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º. Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que as executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º. O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º. As concorrências para concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edita ou comunicado resumido.

Art. 105. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 106. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 107. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcios, com outros Municípios.

CAPÍTULO V

Da Administração Tributária e Financeira

SEÇÃO I

Dos Tributos Municipais

Art. 108. São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 109. São de competência do Município os impostos sobre:

- I.** propriedade predial e territorial urbana;
- II.** transmissão, “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição;
- III.** serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, de que trata o artigo 155, II da Constituição Federal, definidos em lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal. (*Emenda n.º. 001/2005*)

§ 1º. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o artigo 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, o imposto previsto no inciso I poderá: (*Emenda n.º. 001/2005*)

- I.** ser progressivo em razão do valor do imóvel;e (*Emenda n.º. 001/2005*)
- II.** ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (*Emenda n.º. 001/2005*)

§ 2º. Imposto previsto no inciso II não incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca do imposto no inciso III.

Art. 110. As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição do Município.

Art. 111. A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 112. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte facultado à administração municipal, especialmente, para

conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 113. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício deste, de sistemas de previdência e assistência social.

SEÇÃO II

Da Receita e da Despesa

Art. 114. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e outros ingressos.

Art. 115. Pertencem ao Município:

- I.** o produto da arrecadação de impostos da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquias e fundações municipais;
- II.** o percentual previsto na Constituição Federal incidente sobre a arrecadação, pela União, de contribuições sociais decorrentes de intervenção no domínio econômico; *(Emenda n.º 001/2005)*
- III.** 50 % (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município, ou o total dessa arrecadação quando administrada pelo Município; *(Emenda n.º 001/2005)*
- IV.** 50 % (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal; *(Emenda n.º 001/2005)*
- V.** 25 % (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação. *(Emenda n.º 001/2005)*

Art. 116. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 117. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º. Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º. Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 118. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 119. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 120. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente cargo.

Art. 121. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele contratadas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO III Do Orçamento

Art. 122. A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos obedecerão as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 123. Os projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:

- I. Examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;
- II. examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;

§ 1º. As emendas serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poder ser aprovados caso:

- I.** sejam compatíveis com o Plano Plurianual;
- II.** indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provimentos de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida; ou
- III.** sejam relacionados:
 - a) com a correção de erros ou omissões; ou
 - b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º. Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizadas, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 124. A lei orçamentária anual compreenderá:

- I.** o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos , órgãos e entidades de administração direta e indireta;
- II.** o orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com o direito a voto;
- III.** o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 125. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º. O não cumprimento do disposto no “caput” deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, da parte que deseja alterar.

Art. 126. A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, a lei orçamentária para sanção, pelo Prefeito, considera-se aprovado o projeto originário do Executivo.

Art. 127. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá para o ano seguinte o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 128. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as regras do processo legislativo.

Art. 129. O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamento plurianual de investimentos.

Parágrafo único. As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

Art. 130. O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 131. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

- III. autorização para abertura de créditos suplementares;
- IV. contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 132. São vedados:

- I. o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II. a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III. a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;
- IV. a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 159 desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, prevista no art. 131, II, desta Lei Orgânica;

- V. abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI. a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII. a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII. a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e de seguridade social para suprir necessidade de cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos, inclusive dos mencionados no art. 124 desta Lei Orgânica;
- IX. a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 04 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, será incorporados ao orçamentos do exercício financeiro subsequente.

§ 3º. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 133. Os recursos decorrentes das dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, serão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 134. A despesa com pessoal do Município não poderão estabelecer os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

TÍTULO IV **DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

Art. 135. O Município, dentro de sua competência, organizará ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 136. A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade social.

Art. 137. O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 138. O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 139. O Município assistirá os trabalhos rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo único. São isentas de impostos as respectivas Cooperativas, feiras-livres e entidades de fins filantrópicos.

Art. 140. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros aferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 141. O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas, por méis de lei.

Art. 142. O Município organizará a coleta de lixo na zona urbana, dando a ele destino adequado, não ferindo ao meio ambiente e garantindo a saúde e segurança da população.

Art. 143. O Município desenvolverá programas municipais de complementação da merenda escolar, com produtos de hortas escolares e comunitárias.

CAPÍTULO II

Da Previdência e Assistência Social

Art. 144. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º. Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º. O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 145. Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

CAPÍTULO III Da Saúde

Art. 146. Sempre que possível, o Município promoverá:

- IV.** formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;
- V.** serviços hospitalares indispensáveis cooperando com a União e o Estado, bem como com as iniciativas particulares e filantrópicas;
- VI.** combate às moléstias específicas contagiosas e infecto-contagiosas;
- VII.** combate ao uso de tóxico e ao alcoolismo;
- VIII.** serviços de assistência à maternidade e à infância.

Parágrafo Único. Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único.

Art. 147. A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo único. Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato de matrícula, de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

CAPÍTULO IV Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 148. A família, base da sociedade, receberá especial proteção do Município, na forma desta Lei Orgânica, da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O Município manterá programas destinados à assistência integral à família através de serviços que incluam:

- I.** orientações e oferta de recurso científicos visando ao adequado planejamento familiar;
- II.** criação e manutenção de serviços de prevenção e orientação e de recebimento e encaminhamento de denúncia referente a violência no âmbito familiar, institucionais e sociais.

Art. 149. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º. Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º. A lei disporá sobre assistência social aos idosos, à criança e aos excepcionais.

§ 3º. Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispendo sobre a proteção da infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a lagradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º. Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- I.** amparo às famílias numerosas e sem recursos;
- II.** ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;
- III.** estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;
- IV.** colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;
- V.** amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes direito à vida;
- VI.** colaboração com a União, com o Estado e com outros Município para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 150. O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º. Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal dispendo sobre a cultura;

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º. À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitam.

§ 4º. Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico cultural, monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 151. O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, para os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II. progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade de ensino médio;
- III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; *(Emenda nº 02/2008)*
- V. acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI. oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando;
- VII. atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo acionável mediante mandato de injunção..

§ 2º. O não oferecimento de ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

VIII. divulgar aos pais e responsáveis seu dever de matricular as crianças nas escolas a partir dos 06 (seis) anos de idade. *(Emenda nº 02/2008)*

a) o não cumprimento do dever, dos pais e responsáveis, importará a eles crime de responsabilidade.

§ 3º. Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 152. O Sistema de Ensino do Município assegurará aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Art. 152-A. As políticas educacionais do município serão prioritariamente voltadas para o Ensino Fundamental e Educação Infantil podendo manter convênios, parcerias em regime de colaboração com a União, o estado ou qualquer instituição de interesse educacional. *(Emenda nº02/2008)*

Parágrafo Único: O Município organizará seu Sistema de Ensino disciplinado por Lei Complementar, observando-se os dispositivos constitucionais e leis disciplinares da matéria. *(Emenda nº02/2008)*

Art. 153. O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil. *(Emenda nº02/2008)*

§ 1º. O ensino religioso, de matricular facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2º. O ensino fundamental regular será ministrado me língua portuguesa.

§ 3º. O Município orientará e estimulará, por todos os méis, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebem auxílio do Município.

Art. 154. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I. cumprimento das normas gerais de educação nacional;
- II. autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 155. Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

- I. comprovam finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.
- II. assegurarem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsa de estudos para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver faltas de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 156. O Município manterá o professorado em nível econômico, social e moral à altura de suas funções, para tanto, o Município obedecerá o seguinte:

- I. obrigatoriedade de atender o Plano de Carreira do Magistério Público, notadamente no tocante ao salário do professorado municipal. (*Emenda nº02/2008*)
- II. Pagamento do salário do professorado municipal, até no máximo o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, como estabelece a legislação.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, incisos I e II, importará em responsabilidade do Executivo municipal.

Art. 157. O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estágios, campos e instalações de prioridade do Município.

Art. 158. A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 159. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente da transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 160. É da competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

CAPÍTULO V

Da Política Urbana

Art. 161. A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.

§ 2º. A propriedade urbana cumpre a sua função quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 162. Direito à propriedade é inerente à natureza do homem, defendendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º. O Município poderá mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I. parcelamento ou edificação compulsória
- II. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo;
- III. Desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovado pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2º. Poderá também o Município organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas, com prévia autorização legislativa.

Art. 163. São isentos de tributos os veículos de tração animal e dos demais instrumentos de trabalho de pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 164. Aquele que possuir como área urbana de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), por cinco anos, ininterruptamente e sem opção, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 165. As normas de loteamento e arruamento serão reguladas por lei, segundo as exigências seguintes, que poderão variar de acordo com o tamanho do loteamento:

- a) reservar áreas verdes e demais logradouros públicos, áreas destinadas ao lazer, à construção de escolas, posto de saúde, mercado e outros, que não sejam inferior a 30% da área total do loteamento;
- b) devem ser previstas as vias de tráfego, passagens de canalização pública, de esgotos e águas pluviais nos fundos dos vales;
- c) fossas em todas as residências e estabelecimentos comerciais e indústrias nas áreas sem solo sanitário.

Art. 166. O Município, através de lei específica, regulará a utilização do solo urbano, de expansão urbana e rural, dentro das seguintes exigências:

- I.** no perímetro urbano e de expansão urbana só serão permitidos aforamentos de áreas acima de 1.000 m² (metros quadrados) para empreendimentos que se justifiquem pelo seu interesse social;
- II.** na área rural, os aforamentos só poderão ser feitos para atender finalidades de exploração agro-pastoril, hortigranjeira e agroindústria, até 30 hectares;
- III.** os aforamentos dos terrenos do Município previstos nos itens I e II deste artigo necessitam do parecer do órgão competente do Poder Executivo e aprovação do Legislativo por maioria absoluta.

Art. 167. As áreas acima de 1.000 m² (mil metros quadrados), aforados e não utilizados no perímetro urbanos e de expansão urbana terão um prazo de 12 (doze) meses para sua utilização, dentro do que prevê o art. 166, item I desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Se não forem utilizadas ficarão sujeitas ao disposto no art. 162 desta Lei Orgânica.

Art. 168. As áreas com mais de 1.000 m² (mil metros quadrados), não aforados, cercados e não utilizados, retornarão à posse e domínio do Município.

Art. 169. Salvo o caso de interesse público, as terras públicas do Município serão utilizadas para:

- I.** reservas ecológicas e proteção ao meio ambiente;
- II.** áreas para o turismo;
- III.** produção hortigranjeira, fruticultura, produtos que se destinam ao abastecimento da população
- IV.** assentamentos rurais e loteamentos rurais e urbanos;
- V.** projetos que sirvam ao desenvolvimento do Município, respeitado o meio ambiente e o Plano Diretor;
- VI.** área para a estruturação das comunidades rurais.

Art. 170. A política agrícola do Município será orientada no sentido da fixação do homem na zona rural, possibilitando o Poder Público a melhoria de sua qualidade de vida, observadas as normas da Constituição Federal e Estadual.

Art. 171. O Município doará a todos os povoados rurais com mais de 20 (vinte) habitações, uma área de no mínimo 40 (quarenta) hectares para assentamento humano e localização dos prédios públicos, praças, logradouros e outros.

Parágrafo único. Para atender o disposto no artigo anterior, o Poder Executivo adquirirá por compra, desapropriação ou doação as áreas necessárias ao cumprimento do que determina a Lei Orgânica Municipal.

Art. 172. Será isento de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite de valor que a lei fixar.

CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 173. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I.** preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies ecossistemas;
- II.** preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III.** definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente por intermédios de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV.** exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V.** controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e meio ambiente;
- VI.** promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII.** proteger a fauna e a flora, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;
- VIII.** proteger as nascentes e margens dos riachos, rios, brejos lagoas, proibindo o desmatamento ou quaisquer práticas que contribuam para a sua destruição;

- IX.** promover a conscientização e a educação ambiental junto à população e as organizações para a preservação do meio ambiente através de orientação e assistência técnica;
- X.** criação de uma guarda municipal para fiscalização, proteção e preservação dos recursos ambientais de acordo com a lei.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independente de obrigação de reparar os danos causados.

TÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 174. Incumbe ao Município:

- I.** auscultar, permanentemente, a opinião pública, para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrario, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;
- II.** adotar medidas para assegurar a serenidade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;
- III.** facilitar no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 175. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 176. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 177. O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País.

Art. 178. Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo único. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 179. Até a promulgação da lei complementar referida no art. 134 desta Lei Orgânica, é vedado ao Município dispendir mais do que 50% (cinquenta por cento) da receita corrente com pessoal.

Art. 180. Ficam isentos de impostos municipais por 05 (cinco) anos as indústrias que se instalarem no período de 03 (três) anos a partir da promulgação desta Lei.

Parágrafo único. Gozam dos mesmos direitos as indústrias pioneiras já instaladas neste Município.

Art. 181. Fica instituído o estudo da Lei Orgânica do Município como disciplina obrigatória nas escolas municipais.

Art. 182. O ingresso no serviço público municipal dar-se-á através de concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos de Secretários e Diretores equivalentes que são de livre nomeação e exoneração.

Art. 183. Fica instituída a Biblioteca Pública Municipal com organização e funcionamento na forma da lei.

Art. 184. As pessoas com mais de 65 anos de idade e os deficientes físicos, terão direito a transporte gratuito nas empresas de transportes coletivos de passageiros dentro do Município.

Art. 185. São isentos de IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana) os aposentados que possuam um único imóvel na circunscrição deste Município.

Art. 186. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente e Conselho da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Os Conselhos de que trata o presente artigo, terão sua organização e funcionamento determinados em lei complementar, a ser votada no prazo de seis meses da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 187. A lei disporá sobre a remoção do servidor público municipal nos casos de solicitação do interessado ou necessidade do sistema, assegurando-lhe a facilidade de acesso ao local de trabalho.

Art. 188. Cabe ao Município estabelecer áreas próprias para os estabelecimentos comerciais, tais como:

- I. bares, boates, casas noturnas, etc.;

II. oficinas mecânicas, máquinas de arroz, movelarias e similares.

Art. 189. Fica estabelecido que o Poder Público não poderá fazer gastos com investimentos, fora de sua jurisdição, com exceção daqueles de vital importância para o Município.

Art. 190. O Prefeito e os Vereadores prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 191. A revisão da Lei Orgânica somente poderá ser realizada após 12 (doze) meses de sua promulgação, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 192. Fica estipulado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o Poder Público instituir concurso ou outro meio conveniente para escolha da letra e música do hino municipal e as cores da bandeira.

Art. 193. Da presente Lei Orgânica, que entra em vigor nesta data, serão tiradas 03 (três) cópias autografadas, sendo uma para o arquivo da Câmara Municipal, uma para o arquivo da Prefeitura e outra para a Biblioteca Municipal.

Art. 194. Todas as despesas decorrentes da elaboração desta Lei Orgânica, inclusive sua publicação no Diário Oficial do Estado, serão custeadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 195. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro dos Crentes, 21 de novembro de 1997 - *Antonio Coelho de Arruda Filho, Presidente - Jozanias da Mota Moraes, Vice-Presidente - Raimundo Barros Barbosa, 1º Secretário - Antonio Barbosa Ibiapino, 2º Secretário – Vereadores: Francisco Nielson de Lima - Hortêncio Pereira da Silva - João Batista dos Santos Coutinho - Josias Vieira da Silva - Samuel Pereira de Moraes,*

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	2
TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	3
CAPÍTULO I	
Seção I Disposições Gerais (Arts. 1º a 5º)	3
SEÇÃO II Da Divisão Administrativa do Município (Arts. 6º a 10)	3
CAPÍTULO II Da Competência do Município	5
Seção I Da Competência Privativa (Art. 11)	5
SEÇÃO II Da Competência Comum (Art. 12)	8
SEÇÃO III Da Competência Suplementar (Art. 13)	8
CAPÍTULO III Das Vedações (Art. 14)	9
TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	10
CAPÍTULO I Do Poder Legislativo	10
Seção I Da Câmara Municipal (Arts. 15 a 22)	10
SEÇÃO II Do Funcionamento da Câmara (Arts. 23 a 34)	13

SEÇÃO III

Das Atribuições da Câmara Municipal (Arts. 35 a 36)	17
---	----

SEÇÃO IV

Dos Vereadores (Arts. 37 a 41)	19
--------------------------------------	----

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo (Arts. 42 a 51)	22
---	----

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 52 a 54)	25
---	----

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo	26
--------------------------	----

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito (Arts. 55 a 62)	26
--	----

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito (Arts. 63 a 65)	28
---	----

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato (Arts. 66 a 70)	30
--	----

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito (Arts. 71 a 78)	31
--	----

SEÇÃO V

Da Administração Pública (Arts. 79 a 80)	33
--	----

SEÇÃO VI

Dos Servidores Municipais (Arts. 81 a 83)	36
---	----

SEÇÃO VII

Da Segurança Pública (Art. 84)	37
--------------------------------------	----

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	38
---	----

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa (Art. 85)	38
---	----

CAPÍTULO II	
Dos Atos Municipais	38
SEÇÃO I	
Da Publicidade dos Atos Municipais (Arts. 86 a 87)	38
SEÇÃO II	
Dos Livros (Art. 88)	39
SEÇÃO III	
Dos Atos Administrativos (Art. 89)	39
SEÇÃO IV	
Das Proibições (Arts. 90 a 91)	40
SEÇÃO V	
Das Certidões (Art. 92)	41
CAPÍTULO III	
Dos Bens Municipais (Arts. 93 a 102)	41
CAPÍTULO IV	
Das Obras e Serviços Municipais (Arts. 103 a 107)	43
CAPÍTULO V	
Da Administração Tributária e Financeira	44
SEÇÃO I	
Dos Tributos Municipais (Arts. 108 a 113)	44
SEÇÃO II	
Da Receita e da Despesa (Arts. 114 a 121)	45
SEÇÃO III	
Do Orçamento (Arts. 122 a 134)	46
TÍTULO IV	
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL	50
CAPÍTULO I	
Disposições Gerais (Arts. 135 a 143)	50
CAPÍTULO II	
Da Previdência e Assistência Social (Arts. 144 a 145)	51

CAPÍTULO III	
Da Saúde (Arts. 146 a 147).....	51
CAPÍTULO IV	
Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto (Arts. 148 a 160)	52
CAPÍTULO V	
Da Política Urbana (Arts. 161 a 172)	55
CAPÍTULO VI	
Do Meio Ambiente (Art. 173)	58
TÍTULO V	
Disposições Gerais e Transitórias (Arts. 174 a 195)	59

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES Nº.
001/2005, DE 21 DE OUTUBRO DE 2005.

*Altera dispositivos dos artigos 11, 14, 16, 23, 25, 36,
54, 79, 81, 82, 83, 85, 90 e 109 da Lei Orgânica do
Município e dá outras providências.*

A Mesa da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 42, I e 43, § 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. Os artigos 11, 14, 16, 23, 25, 36, 54, 79, 81, 82, 83, 85, 90, 109 e 115 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. [...]

I - [...]

XXXIX. “Promover a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

Art. 14. [...]

I - [...]

X - [...]

a) [...]

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;”

“Art. 16. [...]

§ 1º [...]

§ 3º. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, observado o que dispõe o Art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 4º [...]

§ 5º. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de oito por cento relativo

ao somatório da despesa tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 6º. A Câmara Municipal não gastará mais que setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 7º. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I. efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II. não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III. envia-lo menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 8º. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 6º deste artigo.”

“Art. 23 [...]

§ 1º [...]

§ 5º. A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

“ Art. 25. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, Vice-Presidente, do Primeiro Secretário, do Segundo Secretário e do Tesoureiro, os quais se substituirão nessa ordem.

“Art. 36. [...]

VII. (...)

b) ainda que decorrido o prazo de sessenta (60) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas não serão considerados aprovadas ou rejeitadas tacitamente, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas, devendo haver necessariamente votação a respeito;

XX. fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º,150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza;

XXI. fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39,§ 4º,150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e a representação do Presidente da Câmara, sobre a qual incidirá o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza;”

“Art. 54. As contas apresentadas pelo Município ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação

pelos cidadãos e instituições da sociedade, que poderão questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.”

“Art. 79. [...]

XV. o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos municipais são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal;

XVI. é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso o disposto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.

a) [...]

d) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;”

“Art. 81. O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados para este fim, manterá regime jurídico e planos de carreira para os servidores da administração municipal direta, das autarquias e das fundações públicas.”

“Art. 82. [...]

I. [...]

II. [...]

a) aos trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

b) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher;

c) os requisitos a que se refere o inciso I serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 1º. [...]

§ 6º. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.

“Art. 83. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º. [...]

§ 4º. Sendo o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, serão regidos, para todos os efeitos, por esse instituto jurídico, ou por regime jurídico próprio do Município de São Pedro dos Crentes, nos casos específicos.”

“Art. 85. [...]

§ 3º. A entidade de que trata o inciso I do § 2º adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disponibilidades do Código Civil concernentes às fundações.”

“Art. 90. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais não poderão contratar o Município, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções.”

Art. 109. [...]

- III. serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, de que trata o artigo 155, II da Constituição Federal, definidos em lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal

§ 1º. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o artigo 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, o imposto previsto no inciso I poderá:

- III. ser progressivo em razão do valor do imóvel;e
- IV. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.”

Art. 115. [...]

- I.** [...];
- II.** o percentual previsto na Constituição Federal incidente sobre a arrecadação, pela União, de contribuições sociais decorrentes de intervenção no domínio econômico;
- III.** 50 % (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município, ou o total dessa arrecadação quando administrada pelo Município;
- IV.** 50 % (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;
- V.** 25 % (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro dos Crentes-MA, 21 de outubro de 2005.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL: *Janete Santos Taveira Arruda, Presidente – Antonio Barboza Ibiapino, Vice-Presidente - Samuel Pereira de Moraes, 1º Secretário - Raimundo Neves do Carmo, 2º Secretário - Josafan Vieira da Silva, Tesoureiro*

VEREADORES: *Aloás Neres da Silva - Francisco Nielson de Lima – José Costa do Vale - Oneide Aguiar da Silva*

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES Nº 02, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008.

ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTIGOS 151, 153 e 156 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA, ACRESCENTA-LHE O ARTIGO 152-A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, nos termos do disposto no art. 42,I e 43, § 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Os artigos 151, 153 e 156 da Lei Orgânica do Município passam a ter a seguinte redação:

“Art. 151. [...]

I – [...]

IV – atendimento à educação infantil que compreende a creche e pré-escola, atendendo as crianças de zero a cinco anos de idade.

VIII – divulgar aos pais e responsáveis seu dever de matricular as crianças nas escolas a partir dos 06 (seis) anos de idade.”

“**Art. 153.** O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil”.

“Art. 156 [...]

I – obrigatoriedade de atender o Plano de Carreira do Magistério Público, notadamente no tocante ao salário do professorado municipal.”

Art. 2º. É acrescentado o artigo 152-A, com o seguinte teor:

“**Art. 152-A** - As políticas educacionais do município serão prioritariamente voltadas para o Ensino Fundamental e Educação Infantil podendo manter convênios, parcerias em regime de colaboração com a União, o estado ou qualquer instituição de interesse educacional.

Parágrafo Único: O Município organizará seu Sistema de Ensino disciplinado por Lei Complementar, observando-se os dispositivos constitucionais e leis disciplinares da matéria.”

Art. 3º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro dos Crentes/MA, 28 de fevereiro de 2008.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL: *Janete Santos Taveira Arruda, Presidente – Francisco Nielson de Lima, Vice-Presidente - Raimundo Neves do Carmo, 1º Secretário - Antonio Barboza Ibiapino, 2º Secretário - Josafan Vieira da Silva, Tesoureiro*

VEREADORES: *Aloás Neres da Silva – José Costa do Vale - Oneide Aguiar da Silva - Samuel Pereira de Moraes*